



Anais da Assembléia

Nº 70

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA

ATA 4 ATA DA 47.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Rafael Greca e Sabino Campos (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 114/90

Curitiba, 05 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de

Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembléia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 04 de abril de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Santa Helena, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS:

Sob o nº 130/90, do Senhor Desembargador SILVA WOLFF - Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do Acórdão nº 1116-OE, prolatado nos autos de Mandado de Segurança nº 10.915-9, de Curitiba, em que figura como impetrante o Município de IGUAÇU, sendo impetrada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/130/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 038/90, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/144/90, do Senhor Governador do Estado, que restitui o Projeto de Lei nº 304/89. À Diretoria Legislativa.

Sob os nºs DTL/SAT/129, 131, 132, 133, 134, 135, 136 e 137/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

164/90: De autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Biólogos do Paraná, com sede e foro na cidade Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.282. Anote-se. Arquive-se.

008/90: De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria o Município de FAROL,

desmembrado do Município de Campo Mourão e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.283.
Anote-se. Arquite-se.

036/90: De autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.284.
Anote-se. Arquite-se.

291/89: De autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraina, com sede em Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.285.
Anote-se. Arquite-se.

112/90: De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.286.
Anote-se. Arquite-se.

165/90: De autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Prainha, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.287.
Anote-se. Arquite-se.

259/85: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de LIDIÂNÓPOLIS, desmembrado do Município de Jardim Alegre, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.289.
Anote-se. Arquite-se.

088/90: De autoria dos Deputados NAMIR PIACENTINI e NILTON BARBOSA, que criam o Município de Encantado do Oeste, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.288.
Anote-se. Arquite-se.

Indicações:

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente.

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que a Bancada do PSDB, indica o Deputado NELSON VASCONCELLOS para titular e o Deputado HAROLDO RODRIGUES FERREIRA para suplente à CPI criada para averiguar as causas e responsabilidades pelos graves problemas da educação pública em nosso Estado, aprovada que foi na sessão de 04.06.90, pelo Plenário da ALE.

Contando com o apoio de Vossa Ex-

Curitiba, terça, em 12.06.90

celência, apresento minhas

Saudações.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, tem o presente a finalidade de informar através do presente, que a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, indica como Membro da CPI da Comissão de Educação, este que subscreve e o Deputado Estadual José Alves dos Santos como suplente.

Contando com a acolhida de Vossa Excelência ao presente, externamos-lhe nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1.596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a Vossa Excelência que determine regime de urgência ao Projeto de Lei n° 180/90, que concede uma pensão mensal à Senhora IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-prefeito de Ourizona, Senhor Irineu Aparecido Savoldi.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 1.595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, em regime de urgência, para tramitação da Proposição n° 054/90, que trata de celebração de convênio entre o CITPAR e o Governo do Estado através da Casa Civil.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) HERMAS BRANDAO

REQUERIMENTO N° 1.597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por uma sessão do Projeto de Lei n° 305/90.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1.581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e

votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1.603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1.575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a constituição da Assembléia em Comissão Geral, no dia 11 do corrente às 14:30 horas, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 69/90, que acrescenta artigo a parágrafos ao Regimento Interno, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1.584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 67/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de ENTRE RIOS DO OESTE e ao Projeto de Resolução n° 68/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de PATO BRAGADO, ambos de minha autoria.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 1.597

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em Comissão Geral de Plenário para apreciar e votar os Projetos de Lei n.ºs 154/90, 155/90, 183/90 e 318/90, de sua autoria, que concedem o título de Cidadão Honorário do Paraná, respectivamente, ao Senhor Edson D'Ávila, Senhora Delcy D'Ávila, Nely Lúcia Valente de Almeida e Professor Francesco Serale.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1.605

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e com fundamento no artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 13 de junho do corrente, durante a sessão plenária, apreciar e oferecer parecer ao Projeto de Lei n° 323/90, de sua autoria, que assegura uma pensão de dois salários-mínimos à Senhora MIRIAN DE OLIVEIRA CAMARGO RODRIGUES, viúva do Senhor Jamidas Antunes Rodrigues, ex-prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1.589

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de votos de congratulações aos Doutores Francisco Grupenmacher, Irineu Antunes, Leon Grupenmacher, Fernando Abibe e Noye Schiokawa, por haverem conquistado o primeiro lugar - tema livre - no Congresso Oftalmológico Aristides Athayde.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Com o trabalho "Operações Oculares na Toxemia Gravítica" apresentado, recentemente, no Congresso Oftalmológico Aristides Athayde, realizado nesta Capital, a única equipe paranaense participante do evento, conquistou, além do primeiro lugar, um prêmio de mil dólares, quantia que foi doada à Fundação Athayde para o desenvolvimento de estudos na área da oftalmologia.

Francisco Grupenmacher, Irineu Antunes, Leon Grupenmacher, Fernando Abibe e Noye Schiokawa são radicados em Curitiba, onde conquistaram grande prestígio e respeito pelas destacadas e irretocáveis atuações.

Ao conquistarem tal premiação, tais personalidades não nos causam qualquer espécie de surpresa, vez que é pública e notória a forma como social e profissionalmente brilhantemente vêm se conduzindo em nosso Estado, alcançando, inclusive, projeção nacional.

São ilustres paranaenses que merecem nossos cordiais cumprimentos pelo engrandecimento que prestam ao nosso Estado e, principalmente, à medicina.

Que do presente se dê ciência aos homenageados.

REQUERIMENTO N° 1579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município da Lapa, pela passagem do 221º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Dr. Sérgio Augusto Leone, ao Vice-Prefeito bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população lapeana, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O aniversário da legendária Lapa é motivo de júbilo natural para toda a população, porque é uma cidade de características diferentes e isso é fruto exclusivo pelo trabalho de sua gente. Não será exagero dizer que temos numa só cidade o espelho, a miniatura do mundo todo, com sua grandeza, com seu progresso, com avanços com culturas e ao mesmo tempo com os problemas e dificuldades que são inerentes a qualquer sociedade.

Os problemas são o ponto que une a todos os lapeanos legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. E, as grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja uma grande e admirada cidade, que se melhoram as condições de vida da população.

Lapa, berço da civilização paranaense, depositário das passagens mais brilhantes da nossa história, cnega aos 221 anos com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

A legendária Lapa é uma cidade histórica, fundada por volta de 1731, às margens da "Estrada da Mata", trecho do caminho de Sorocaba-Viamão, muito utilizado na época pelos tropeiros. Seu aniversário é comemorado a 13 de junho, porque nesta data em 1769 foi criada a Freguesia Eclesiástica de Santo Antônio da Lapa, posteriormente elevada a categoria de Vila, em 11 de junho de 1871, sob a denominação de Vila Nossa Senhora do Príncipe.

Em 1872 passou à categoria de cidade com o nome de Lapa. Porém, a cidade viria a celebrar-se durante a Revolução Federalista de 1894, quando desempenhou importante papel, definido pelos historiadores como de fundamental importância para a manutenção do regime Republicano no Brasil. Nesse ano ocorreu o Cerco da Lapa, pelas tropas rebeldes que provinham do Rio Grande do Sul e seguiam para o Rio de Janeiro, para a tomada do poder.

Mas na Lapa, graças ao heroísmo da pequena tropa comandada pelo General Carneiro, os rebeldes tiveram seu avanço retardado, o que foi fundamental para o reagrupamento das forças legalistas que puderam então contra-atacar e obter a vitória.

Para perpetuar os atos de bravura ali ocorridos, o exército decidiu denominar os estados do Paraná e Santa Catarina como "Região Heróis da Lapa", instituindo inclusive uma bandeira especial que é utilizada pelas tropas aquarteladas nessas unidades da Federação. Por esse motivo a cidade conta com um importante acervo histórico que retrata o seu passado valioso. Esse acervo está contido no Panteon dos Heróis, Museu de Armas, Teatro São João, Igreja Matriz, Casa Joaquim Lacerda, Monumento ao Tropeiro, Solar do Capitão-Mor Teixeira Coelho, Casa Vermelha, Santuário de São Benedito, Casa da Cultura, Casa da Câmara e Cadeia.

Nesta data tão significativa, todo o povo da Lapa é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1580

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal "O Comércio" de União da Vitória, pela passagem do seu 59º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao jornalista Ivo Dolinski, para que receba e cumprimente todos os jornalistas e colegas de trabalho em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "O Comércio" de União da Vitória é uma empresa jornalística fruto da visão dos homens de imprensa, e do serviço de qualidade.

O Jornal "O Comércio" tão bem conduzido pelo jornalista Ivo Dolinski, é uma prova de que para crescer e ser forte a receita infalível é: Trabalho e Competência.

O jornal O Comércio, fundado em 11 de junho de 1931, permanece até hoje, como líder municipalista em toda a região Sul do Estado do Paraná.

Respaldado por uma extraordinária credibilidade junto a opinião pública, merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela maneira como conduz imparcialmente a grande penetração conquistada ao longo dos anos

junto à população, e portanto prestando relevantes serviços à comunidade de um modo geral.

O Jornal "O Comércio" representa o verdadeiro espírito de pioneirismo, contribuindo sobremaneira para nosso desenvolvimento social, cultural, econômico e sobretudo municipalista.

A alta tecnologia aliada a capacidade criativa, dos recursos humanos com a eficientíssima aptidão gerencial resumem os fatores de sucesso do jornal, líder municipalista na região, cobrindo parte do território paranaense e catarinense, levando a todos a informação, o entretenimento, a cultura - ao mesmo tempo transportando para a opinião pública a imagem real dos Municípios.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos nós a comemoração do 59º aniversário do "O Comércio". A este júbilo o Poder Legislativo se associa, como representante do povo, congratulando-se com a direção do Jornal representado pelo jornalista Ivo Dolinski e ao seu corpo de profissionais e colaboradores, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa do Jornal.

REQUERIMENTO N° 1601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam feitas gestões junto ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social Odeni Villaca Mongruel, visando a celebração de Convênio entre o Governo do Estado, aquela Secretaria e o Instituto Educacional "Duque de Caxias", de Ponta Grossa, para cooperação financeira destinada à manutenção dos 5 (cinco) Departamentos que compõem a instituição, como segue, com liberação parcelada em 10 (dez) cotas mensais: Escola de Guarda-Mirins "Tenente Antonio João", Casa Assistencial Espírita "Nosso Lar", Recanto Espírita "Maria Dolores", Aldeia Espírita da Criança "Dr. David Federmann" e Creche "Ana Neri".

Os recursos procedentes do Convênio ora proposto virão oferecer àquela entidade melhores condições de cumprir com os seus compromissos assistenciais no custeio de alimentação, medicamentos, vestuário, higiene e outras despesas decorrentes do atendimento prestado ao menor socialmente desajustado, numa faixa etária de até 14 anos para meninas e de até 06 para meninos, e nisso consiste a sua finalidade, obrigações essas que lhe impõem um ônus além do orçamento.

Observe-se, ainda, que o Instituto Educacional "Duque de Caxias", a exemplo

de muitas outras entidades do seu gênero, não possui recursos próprios e, portanto, o seu orçamento é pautado em doações, e as obrigações que lhe são atribuídas ultrapassam as suas possibilidades, para as quais vem encontrando sérias dificuldades financeiras, inclusive para o pagamento de pessoal.

Isto posto, recorre o Parlamentar à ajuda e efetivo empenho das autoridades constituídas, a fim de que aquela nobre entidade de Ponta Grossa, que tantos serviços tem prestado à criança e à sociedade como um todo, receba, como medida de justiça e de direito a sua parcela de colaboração.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1582

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário sejam oficiados o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, e a Excelentíssima Secretária da Educação, solicitando recursos financeiros ou que se façam as melhorias que se fazem necessárias na Escola Estadual Marechal Costa e Silva, no Município de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Osmar Dias, no sentido de determinar estudos para aumentar para 120 (cento e vinte) dias o prazo de validade do exame de imunodifusão para diagnóstico de anemia infecciosa equina, nas feiras, rodeios ou outros eventos congêneres, objeto da Resolução n° 064/89, de 19 de junho de 1989, publicado no Diário Oficial do Estado n° 3044 de 23/06/89, página 10, inclusive que a vacinação corra por conta do Estado.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A questão agropecuária no Paraná, na atual gestão, do Secretário Osmar Dias é modelar em todos os aspectos e se encontra na atualidade em particular destaque, contribuindo com o desenvolvimento integrado e harmônico de todo o serviço ligado à Pasta da Agricultura.

A manifestação cultural, nas feiras, nas exposições, nos rodeios ou outros eventos, a criação coletiva ou isoladamen-

te tem sido bastante acentuada, mas a preservação de todo esse trabalho é historicamente precária, levando ao desestímulo e também a perdas irrecuperáveis dado o alto custo das vacinas e o seu pequeno prazo de validade determinado pelas normas vigentes.

Julgamos oportuno transmitir ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, onde temos participado pessoalmente desses eventos, para que a Secretaria reveja e possa criar mecanismos capazes de promover incentivos para atender às justas reivindicações.

Considerando que o Paraná é um Estado de vocação voltado nitidamente para a agricultura, esperamos, pelas características desta proposição, o acolhimento para formar instrumento de apoio e incentivo ao setor.

REQUERIMENTO N° 1592

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária da Educação, solicitando atendimento às solicitações constantes do anexo, na Escola Estadual Marechal Costa e Silva, Ens. de 1° Grau, na cidade de Mandaguari - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Através da análise do ofício em anexo, assinado pela Senhora Diretora do estabelecimento, Professora Izabel Irene Romero Magini, pelo Presidente da Associação de Moradores do Jardim Esplanada, onde o colégio se acha localizado, Romualdo Pereira Velasco, e do Presidente da APM, Eurides G. Gonçalves, a Secretária da Educação poderá tomar conhecimento da situação difícil em que a escola está funcionando.

É necessário repor um "vitruvius" e, principalmente, proceder reparos no telhado do edifício, vez que, em dias de chuva, a água chega a tomar conta das salas, impedindo totalmente o desenvolvimento das atividades escolares.

Temos certeza, diante deste quadro desolador, que a SEED não medirá esforços no sentido de determinar a execução dos reparos requeridos, deixando aquele importante estabelecimento de ensino da cidade de Mandaguari em condições de atender à população local.

Que do presente se dê ciência ao senhor Prefeito Municipal de Mandaguari, aos Senhores Vereadores, bem como aos subscritores do documento anexo.

REQUERIMENTO N° 1590

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária da Educação do Paraná, solicitando a execução de reparos na Escola Estadual Alcione Moraes de Castro Veloso, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É urgente a execução de reparos na Escola Estadual Alcione Moraes de Castro Veloso que, há muito, se encontra funcionando em precárias condições.

O piso do pátio cedeu e com isso fica praticamente impossibilitada a entrada e/ou saída dos alunos e professores. A direção da escola já procurou diversos órgãos solicitando o reparo, entretanto, há uma transferência de responsabilidade: a autoridade estadual diz que o problema é da alçada municipal e vice-versa. Enquanto não se encontra o responsável pelo problema e este não é solucionado, ficam os professores, funcionários e, principalmente, a população local prejudicados pela impossibilidade daquela escola desenvolver normalmente suas atividades.

Que do presente se dê ciência à direção geral e à Associação de Pais e Mestres do referido estabelecimento.

REQUERIMENTO N° 1588

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, gestionando pela implantação de ensino de 1° e 2° graus, noturno, na Escola Estadual Roberto Langer Jr., nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Há muito que a população residente na região em que se localiza aquela escola reivindica a instalação dos cursos de primeiro e segundo graus, no turno da noite. Tal solicitação prende-se ao fato que muitos dos moradores do local trabalham durante todo o dia e só à noite poderiam cursar os bancos escolares, inclusive, através de supletivo.

Em vários estabelecimentos da rede oficial de ensino opera-se com o ensino regular e supletivo noturno, com excelentes resultados. A Secretaria da Educação certamente sabe que o ensino nas modalidades requeridas são a única forma para que alguns paranaenses retornem ou, pelo me-

nos, não abandonem os bancos escolares.

Destarte, confiamos nos estudos balizadores necessários que, sem dúvida, demonstrarão a importância da reivindicação, bem como viabilizarão a implantação daquela modalidade de ensino, como forma, inclusive, de garantir o que expressa nossa Constituição, consoante à educação como direito de todos, livre de óbices de qualquer ordem.

Que do presente se dê ciência à Diretoria Geral e Associação de Pais e Mestres da Escola em questão.

REQUERIMENTO N° 1587

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, gerenciando por melhorias e reparos na Escola Estadual Roberto Langer Júnior, ensino de 1° grau, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tal estabelecimento de ensino, situado na Rua Pastor Antonio Polito, s/n, no Jardim Castelo Branco, nesta Capital, há muito, tornou-se limitado para atender às necessidades da população local. Reconhecendo isto, a própria FUNDEPAR mandou construir quatro novas salas de aulas, há dois anos. Lamentavelmente, até hoje, tais salas não foram concluídas e o estabelecimento vem operando com sua capacidade totalmente esgotada. Necessário se faz, ainda, proceder reparos no muro em torno do colégio, propiciando maior segurança àquela próprio público, constantemente invadido por marginais e desocupados.

Uma vistoria da FUNDEPAR no estabelecimento supra-mencionado certamente indicará a necessidade destes e de outros reparos na Escola Estadual Roberto Langer Jr. a fim de possibilitar que continue em funcionamento, atendendo à comunidade local.

Que do presente se dê ciência à Diretoria Geral e à Associação de Pais e Mestres do referido estabelecimento de ensino.

REQUERIMENTO N° 1583

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos do artigo 55 da Constituição Estadual, REQUER informações ao Poder Executivo, através do Senhor Secretário da Administração, sobre as razões da intempestiva substituição do Senhor Abilio Wolff Junior pelo Senhor Roque Piráquine na Presidência da CELEPAR.

Consta, na imprensa e nos meios políticos, que o presidente afastado teria comprometido administrativamente sua permanência no cargo, por procedimentos irregulares quanto à contratação de serviços de informática geridos pela CELEPAR, beneficiando inclusive a própria firma que preside, a Exactus, sediada em Londrina; o que foi objeto de denúncia do presidente do Sindicato de Profissionais de Processamento de Dados do Paraná, Senhor Heros Sandano.

Em função de tais denúncias esta Assembléia deseja saber se o Poder Executivo instaurou procedimento para defesa da moralidade pública, se foi apurado o montante dos prejuízos incorridos e se houve outra providência além da demissão dessa pessoa, denunciada pelos próprios funcionários da CELEPAR e que era conhecida por suas estreitas ligações de amizade com o Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1599

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, considerando que a Assembléia Legislativa tem a competência de REQUERER informações ao PODER EXECUTIVO, segundo o artigo 55 da Constituição Estadual; considerando que tem por base os princípios de Administração de Recursos Humanos, o preenchimento de qualquer cargo na estrutura organizacional deve ser procedido da análise descritiva do cargo e da especificação do cargo em referência; considerando que essas regras de cautelas devem ser aplicadas com mais razão, no preenchimento de altos cargos do serviço público, conforme o artigo 27 da Constituição Estadual, porque trata-se de vantagens pessoais pagas com o dinheiro do contribuinte.

REQUEREM, ao Poder Executivo, através do Secretário, Chefe da Casa Civil, preste, no prazo constitucional, as seguintes informações:

. Informação dos requisitos de especificação dos recém-nomeados, conforme relação, em anexo.

. Análise descritiva do cargo, com detalhamento sintético das atribuições do cargo, ou seja, o que o ocupante do cargo faz, com que faz e para que faz, (sumário escrito e organizado de acordo com certas regras dos fatos significativos obtidos na análise dos cargos DAS/s).

. Especificação do cargo DAS com detalhamento dos requisitos mental ou intelectual, ou seja, escolaridade, experiência profissional, iniciativa e biométrica que é o levantamento das exigências que o car-

go impõe ao seu ocupante.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A reiterada prática de preenchimento de altos cargos DAS, no Poder Executivo para os quais não há especificação de tarefa, mas uma genérica designação de "Assessor - Símbolo DAS-5, conforme listagem de decretos publicados no Diário Oficial do Estado, está se afigurando à opinião pública que o Poder Executivo vem utilizando funções públicas com fins de atividade política.

Assim é que foi nomeado Assessor DAS-5 da Casa Civil, o Senhor HUMBERTO CRISPIN DE ARAUJO, da cidade de Maringá, que consta ser o atual presidente do Diretório Municipal do PMDB de Maringá e que lá continua a residir, não tendo efetivo exercício na bem remunerada vaga para a qual foi guindado. Também acaba de ser nomeado para a mesma função (de Assessor DAS-5) o Senhor SADI RICARDO, suplente de Vereador do PMDB, em Curitiba.

Na sua relevante missão de fiscalização do interesse e dos dinheiros públicos, esta Assembléia repta o moralista Governador ÁLVARO DIAS a proclamar o que fazem, quais as qualidades e os requisitos de formação intelectual de seus assessores tão regamente pagos por um Governo que, ao mesmo tempo, é tão "austero" em relação aos salários dos professores estaduais.

REQUERIMENTO N° 1593

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo a "CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES", elaborada pela IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE da cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Através dessa "CARTA ABERTA" a Igreja Presbiteriana Independente, com muita propriedade e clareza, aborda o atual e sempre muito importante problema da GREVE dos professores da rede estadual de ensino.

E nos parece muito importante mandar transcrever as palavras dos presbíteros de Cascavel nos Anais da Assembléia, porque é uma opinião desprovida de sentido partidário e reflete exatamente o pensamento da comunidade paranaense - ou pelo menos de um segmento dela - a respeito desta paralisação que se "arrasta" há mais de dois meses.

"Como Igreja de Cristo, nós também somos co-responsáveis pelo futuro de nossa Pátria. E que Pátria teremos amanhã, se hoje não dermos a devida atenção à educa-

ção?" - diz, textualmente, a carta da Igreja Presbiteriana Cascavelense.

Atrever-me-ia, inclusive, a afirmar que não somos, apenas, co-responsáveis pelo futuro de nossa Pátria. Somos agentes de construção e transformação da nossa história. A história fazemos por ação ou omissão.

E é preciso registrar, neste momento, que a Igreja Presbiteriana Independente de Cascavel marca um papel na história do Paraná, através da ação, cobrando, por outro lado, a omissão de nossas autoridades, diante do grave problema gerado em decorrência do não atendimento às reivindicações dos mestres do Estado do Paraná.

Que do presente se dê ciência à Igreja Presbiteriana Independente de Cascavel, neste Estado.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 071/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica a COMISSÃO EXECUTIVA da Assembléia Legislativa autorizada a atribuir aos ocupantes de cargos de Nível Universitário regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos).

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, correndo seus efeitos pela dotação orçamentária deste Poder, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta reveste-se da maior importância, não somente pelo alcance social, mas especialmente porque corrige uma gritante injustiça, uma discriminação inaceitável. A Assembléia Legislativa votou e promulgou lei concedendo a gratificação de responsabilidade aos funcionários de nível universitário da administração direta e do próprio Poder Legislativo. Todavia, inexplicavelmente a Lei N° 9186 de 08 de janeiro de 1990, não contemplou os servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), restringindo-se apenas aos estatutários.

É evidente a incoerência desse diploma, que por ser discriminatório é, portanto, injusto. Este é o momento para que se faça justiça, pois é lógico que o servidor "celetista" tem e assume a mesma responsabilidade profissional dos seus colegas estatutários, tornando-se por isso merecedores de idêntico tratamento.

PROJETO DE LEI N° 343/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o plano de carreira dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, regidos pela Lei Federal n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com as modificações posteriores, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atuais servidores portadores de diplomas de nível superior definidos neste artigo serão enquadrados no presente plano de carreira, na conformidade do disposto nesta Lei.

Art. 2° - A carreira objeto desta lei será estruturada em 05 (cinco) classes, na forma do Anexo I.

Art. 3° - O ingresso na carreira de que trata a presente lei dar-se-á na classe inicial, mediante concurso público.

Art. 4° - O concurso de ingresso na carreira, será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a 5% (cinco por cento) do Quadro respectivo e facultativo, sempre que o reclamar o interesse público, a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O edital conterà, no mínimo, as matérias sobre as quais versarão as provas, os respectivos programas, critérios de avaliação dos títulos e número de vagas existentes.

Art. 5° - O concurso público compreenderá provas escrita e oral e avaliação dos títulos.

§ 1° - A avaliação se dará da seguinte forma:

I - Nas provas escrita e oral cada membro da Comissão dará sua nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), extraíndo-se a média aritmética, que constituirá o resultado final do candidato em cada prova.

II - A nota atribuída aos títulos não poderá, na sua avaliação total, ultrapassar 02 (dois) pontos.

§ 2° - A média aritmética do resultado final das provas escritas e oral, acrescida da nota dos títulos, será o grau final de cada candidato.

Art. 6° - Na avaliação dos títulos somente serão compatíveis:

I - Título de Doutor nas áreas específicas da carreira, conferido por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido e, bem assim, por estabelecimento estrangeiro, desde que revalidado no País.

II - Título de docente, havido em concurso, em faculdade oficial ou reconhecida.

III - Título de Mestrado ou diploma de

curso de especificação ou extensão universitária, ou equivalente, com duração igual ou superior a dois anos, ministrados por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, ou por estabelecimento estrangeiro, devidamente revalidado no País.

IV - Certificado de conclusão de curso de especialização ou de extensão universitária, ou equivalente, com duração inferior a dois anos, ministrado por estabelecimento oficial ou reconhecido, ou por estabelecimento estrangeiro, devidamente revalidado.

V - Certificado de graduação em outros cursos de nível superior.

VI - Obra técnica editada.

VII - Artigo, comentário ou parecer técnico editado.

VIII - Exercício, por mais de 01 (um) ano, de cargo ou função de natureza profissional em entidade da administração pública.

Parágrafo Único - Os candidatos aprovados apresentarão seus títulos no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do resultado das provas.

Art. 7° - Será considerado aprovado o candidato que obtiver grau final igual ou superior a 05 (cinco).

Art. 8° - O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, a partir da homologação, podendo ser nomeados nesse período, a critério do chefe do Poder Executivo, na ordem de classificação, candidatos aprovados em número não superior ao dobro de vagas existentes na data de abertura do concurso.

Art. 9° - Os cargos iniciais da carreira de que trata esta lei serão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecida a ordem de classificação no concurso público.

Art. 10 - Os ocupantes da carreira de que trata esta lei sujeitam-se à jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, assegurando o pagamento da gratificação de que trata o inciso III do art. 172, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1974, no percentual de 100% (cem por cento) sobre seus vencimentos.

Parágrafo Único - Fica facultado ao servidor optar por jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, com redução proporcional dos vencimentos.

Art. 11 - Fica criada uma Comissão Paritária, composta, no mínimo, por três membros indicados pelo Poder Executivo, um indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e dois membros indicados, respectivamente, pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE e Sindicato dos Arquitetos no Estado do Paraná - SAEP, com as seguintes atribuições:

I - Compor a comissão encarregada da aplicação das provas nos cursos públicos afetos à carreira.

II - Compor a comissão encarregada da avaliação de títulos.

III - Compor a comissão encarregada da avaliação de antiguidade e mérito, para efeito de promoções.

IV - Compor a comissão encarregada de proceder ao enquadramento e reclassificações.

Art. 12 - A promoção consiste na elevação dos membros da carreira de uma classe para outra imediatamente superior.

§ 1º - As promoções serão processadas semestralmente, para vagas ocorridas a 30 de junho a 31 de dezembro de cada ano, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

§ 2º - Consideram-se vagas, para efeito deste artigo, também a decorrentes das promoções nele previstas e abertas sucessivamente nas respectivas classes.

Art. 13 - A promoção na carreira de que trata esta lei será feita de classe, pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, após a ocorrência de vagas.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Administração fará publicar, semestralmente, no Diário Oficial do Estado, a relação de vagas existentes nos respectivos órgãos da administração pública estadual, para efeito do cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 14 - Somente após 02 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe poderá o servidor ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

§ 1º - Quando não houver candidato que satisfaça ao requisito deste artigo, poderá, seja por antiguidade ou por merecimento, concorrer à promoção o servidor que contar, pelo menos, com tempo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício.

§ 2º - O servidor promovido passará, na classe superior, a contar novo interstício para efeito de nova promoção.

Art. 15 - Os servidores aptos à promoção habilitar-se-ão mediante requerimento dirigido a quem de direito, efetuado no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação a quem se refere o parágrafo único do artigo 13 desta lei.

Art. 16 - Não poderá concorrer à promoção por merecimento:

I - Quem tenha ingressado na carreira há menos de 02 (dois) anos.

II - Quem não esteja com o serviço em dia ou tenha sofrido pena disciplinar nos 12 (doze) meses anteriores à elaboração da lista.

Art. 17 - A antiguidade será apurada pelo tempo de efetivo exercício na classe,

apurado em dias.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Administração fará publicar no Diário Oficial do Estado, em janeiro e julho de cada ano, a lista de antiguidade dos servidores da carreira, por órgão, constando a contagem de tempo de serviço na categoria profissional, na classe e no serviço público estadual.

§ 2º - As reclamações contra a lista de antiguidade deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias, contados da respectiva publicação.

§ 3º - O empate na classificação por antiguidade resolver-se-á favoravelmente ao candidato que tiver:

- a) maior tempo de serviço na carreira;
- b) maior tempo de serviço público estadual;
- c) maior tempo de experiência profissional anterior ao serviço público;
- d) maiores encargos de família;
- e) mais idade.

Art. 18 - O mérito para efeito de promoção será aferido em atenção à competência profissional, eficiência no exercício da função pública, dedicação e pontualidade no cumprimento das obrigações profissionais e aprimoramento da cultura técnica.

Art. 19 - Os vencimentos básicos da carreira de que trata esta lei serão os constantes da tabela do Anexo I, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 20 - Aos ocupantes da carreira de que trata esta lei fica assegurada a percepção das vantagens constantes dos artigos n.ºs 140, inciso III; 159 e 169, incisos I, II, III, IV, V e VII, da Lei n.º 6.174/70.

Parágrafo Único - Os adicionais por tempo de serviço de que trata o inciso I, do art. 169, da supramencionada lei, serão calculados na forma prevista pelo art. 37, inciso XIV da Constituição Federal, até no máximo de 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de serviço.

Art. 21 - Aos ocupantes da carreira de que trata esta lei fica assegurada a percepção de gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os vencimentos, computados para todos os efeitos legais.

Art. 22 - O Chefe do Poder Executivo procederá ao enquadramento dos atuais servidores que preencham o requisito necessário ao exercício das profissões a que se refere a Lei Federal n.º 5.194/66, observado o princípio constante do inciso II, art. 34 da Constituição Estadual, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente lei, obedecido o valor dos

salários da data do enquadramento.

Art. 23 - Imediatamente após o enquadramento a que se refere o artigo anterior será procedida a reclassificação dos servidores, mediante a sistemática seguinte:

I - Após o enquadramento, reclassificar-se-ão, inicialmente, os servidores pelos critérios a seguir definidos, aplicando-se o mais favorável:

a) por titulação:

1. graduação - classe 5;

2. curso de especialização, aperfeiçoamento ou atualização profissional, cujo somatório resulte em um total de 180 (cento e oitenta) horas - classe 4;

3. curso de especialização, aperfeiçoamento ou atualização profissional, cujo somatório resulte em um total de 360 (trezentos e sessenta) horas ou outros cursos de nível superior - classe 3;

4. Título de Mestrado - classe 2.

5. Título de Doutorado - Classe 1;

b) por tempo de serviço público estadual:

1. até sete anos, inclusive - classe 5;

2. de sete anos e um dia até quatorze anos, inclusive - classe 4;

3. de quatorze anos e um dia até vinte e um anos, inclusive - classe 3;

4. de vinte e um anos e um dia até vinte e oito anos, inclusive - classe 2;

5. de vinte e oito anos e um dia até trinta e cinco anos - classe 1.

II - Após a etapa prevista no inciso I, complementar-se-á a reclassificação segundo a seguinte pontuação, correspondendo à somatória de cada 07 (sete) pontos uma promoção para classe imediatamente superior:

a) tempo de efetivo serviço profissional, devidamente comprovado, anterior ao ingresso no serviço público - 0.9 ponto/ano;

b) tempo de serviço prestado ao Estado, em outras funções - 0.7 ponto/ano;

c) exercício de funções de direção, representação e participação em conselhos ou órgãos coletivos de administração - 1 ponto/ano;

d) exercício de funções de chefia, assessoria, gerência ou coordenação - 0.8 ponto/ano;

e) fiscalização - 0.6 ponto/ano;

f) participação em comissões de licitação, avaliação, sindicância e serviços especiais - 0.1 ponto/participação, até o limite de 07 (sete) pontos;

g) livro publicado - 1.2 pontos;

h) artigo de pesquisa publicado - 0.9 ponto;

i) nota científica prévia - 0.5 ponto;

j) capítulo de livro - 0.6 ponto;

k) organização de livro - 0.5 ponto;

l) participação em comitê editorial - 0.5 ponto;

m) artigo de imprensa - 0.2 ponto;

n) trabalho premiado - 1 ponto;

o) curso ministrado - 0.3 ponto;

p) conferência proferida - 0.3 ponto;

q) participação em simpósio - 0.3 ponto;

r) comunicação de trabalho com resumo publicado - 0.6 ponto;

s) comunicação de trabalho sem resumo publicado - 0.2 ponto;

t) coordenação de mesa - 0.2 ponto;

u) coordenação de grupo de trabalho - 0.2 ponto;

v) simples presença, comprovada através de certificado de frequência ou similar - 0.2 ponto.

Parágrafo único - No resultado do computo geral da pontuação a que se refere este artigo, será computado como ponto inteiro qualquer fração superior a 0.5 (cinco décimos de ponto).

24. No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da publicação da presente lei, o Poder Executivo realizará concurso para fins de efetivação, conforme dispõe o § 1º, do art. 19 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal, no qual estão inscritos de ofício os servidores que tenham sido abrangidos por aquela estabilidade.

Parágrafo único - A nomeação dos aprovados dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do resultado do concurso, sendo criados o número de cargos equivalente ao dos aprovados, cujas vagas originárias serão automaticamente extintas.

Art. 25 - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da nomeação dos aprovados no concurso a que se refere o artigo anterior, concurso público para preenchimento das vagas remanescentes nos respectivos órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

Art. 26 - Os aposentados serão enquadrados observada a correspondência entre as classes nas quais ocorreu a aposentadoria e as criadas por esta lei.

Art. 27 - Aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições constantes da Lei nº 6.174/70.

Art. 28 - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Executivo.

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias, as disposições desta Lei.

Art. 30 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.90

(a) HERMAS BRANDÃO

ANEXO I

TABELA DE CLASSES E VENCIMENTOS BÁSICOS

Classe 1	Cr\$ 126.711,05
Classe 2	Cr\$ 120.677,19
Classe 3	Cr\$ 109.706,54
Classe 4	Cr\$ 91.422,12
Classe 5	Cr\$ 60.948,08

mês de referência: março de 1990.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por finalidade enquadrar em uma nova sistemática funcional, através de um plano de carreira, os servidores públicos civis portadores de diploma de Engenharia, Arquitetura e demais profissões regidas pela Lei Federal nº 5.194/66.

A matéria visa contemplar a classe com uma reclassificação de cargos, pois há muito urgem providências no sentido de melhoria das categorias envolvidas, de modo a assegurar-lhes as garantias advindas da promulgação das Constituições Federal e Estadual.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis à medida em apreciação, ressaltando o amplo aspecto meritório da questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"A Administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, dentre outros, conforme obriga a Constituição do Estado, no título da administração pública.

Lamentavelmente, a partir de março de 1987, a imoralidade, corrupção, empreguismo, fraudes, favorecimentos e outras irregularidades se instalaram no Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM, autarquia estadual que mantém convênio com o INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, normalização e qualidade industrial, autarquia federal, vinculada até 15 de março de 1990 ao extinto Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A princípio, pode parecer que o problema, por se tratar de autarquia estadual, seja apenas de responsabilidade do Governo do Paraná, mas o fato que sustenta

"O Mar de Lama". É a convivência da República Federativa do Brasil, através da injeção de recursos federais.

Funcionários fantasmas, domiciliados em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Brasília e até em Nova Iorque - sim, Nova Iorque - são contratados pela autarquia estadual e pagos com os recursos da união, recebendo os seus salários em seus respectivos Estados, muitos dos quais não conhecem seu empregador em Curitiba, muito menos, o local de trabalho.

A "bandalheira" mais comum funciona da seguinte forma: "O Presidente e demais Diretores da Autarquia Federal, têm seus familiares e amigos contratados pela autarquia estadual que, em troca, contrata os familiares do superintendente da autarquia estadual dos escritórios piratas da autarquia federal, localizados nas principais capitais do País.

A partir de 1987, foram criados escritórios do INMETRO nas principais capitais do País, apesar de já existirem os órgãos delegados, as autarquias estaduais, no caso os IPM's, estes escritórios não possuem qualquer finalidade específica, a não ser para o abrigo de ex-diretores afastados por motivos políticos e até mesmo por inquérito administrativo, funcionários "Fantasmas" residentes em outros Estados da Nação, parentes e amigos de diretores de toda a rede metrológica.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Presidente do INMETRO, Doutor Massao Ito, tem a sua esposa, Senhora Miuki Yamashiro Ito, contratada pelo IPEM/PR percebendo seus salários em Santo André- SP, os familiares do Diretor de Metrologia legal do INMETRO, Doutor Sérgio Ballerini, Senhoras Rosemire de Araújo Ballerini e Taís Helena Leite T. Ballerini, também foram aquinhoadas com contratos de trabalho no IPEM/PR, percebendo seus salários no Estado do Rio de Janeiro.

O Doutor Armênio Lobo da Cunha Filho tem sua filha contratada pelo IPEM/PR, fazendo ele também parte dos funcionários contratados pelo escritório do INMETRO em Curitiba; sua filha, contratada desde 1987, chama-se Letícia Libi da Cunha; todos percebendo seus salários no Estado do Rio de Janeiro. O superintendente do IPEM do Estado do São Paulo, Doutor Adjayr Ciro Trigo, tem sua esposa, Senhora Luíza Saule Trigo e sua cunhada, Senhora Terezinha Saule Ortiz, empregadas no IPEM/PR, dando em troca contrato de trabalho à Senhora Sônia Maria Costa Baruque, esposa do ex-superintendente do IPEM/PR, Doutor Mauro Saldanha Baruque, e também a seu dileto amigo, Doutor Luiz Malucelli Neto, de tradicional família paranaense. Por ocasião da auditoria da Secretaria de Estado da

Fazenda do Paraná, o doutor Mauro Saldanha Baruque, foi exonerado da superintendência do IPEM/PR, sendo automaticamente contratado pelo INMETRO, através do Diretor Massao Ito, para chefiar o escritório do INMETRO em Curitiba, além de ser mantido como Superintendente Regional Sul do INMETRO. Inúmeras outras contratações de funcionários "fantasmas", poderão ser comprovadas através da folha de pagamento, onde predominam familiares e amigos de políticos, pessoas influentes na sociedade curitibana e autoridades do Governo Estadual. E tudo por conta do Tesouro Nacional.

Não se justifica a existência de tais convênios, quando a autarquia federal tem autonomia para contratar diretamente os funcionários necessários à execução da política metrológica do País.

Tudo leva a crer que a existência dos convênios favorecem as aludidas contratações, eis que um contrata e outro paga, ou seja, a autarquia estadual, predominantemente, realiza as contratações e a União, através da autarquia federal, efetua os pagamentos. Portanto, nenhum tem interesse em fiscalizar o outro.

Um cruzamento ou levantamento de folhas de pagamento nos IPEM's conveniados com o INMETRO estreitará a opinião pública.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. As informações aqui relatadas, contêm apenas uma minoria insignificante de nomes, pois se fôssemos especificar todos os contratos irregulares, a relação seria quilométrica.

A Secretaria da Fazenda do Paraná, quando da realização de auditoria para verificação da aplicação de recursos estaduais, comprovou inúmeras irregularidades em sua autarquia, sugerindo ao Presidente do INMETRO, Senhor Massao Ito, que determinasse o mesmo procedimento nos recursos federais alocados nos Estados conveniados.

Todavia, não encontrou receptividade na Presidência do INMETRO. Não é de se estranhar para quem mantém sob contrato ilegal a própria esposa.

Enquanto o IPEM/PR, estava vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio, o Governo alocava recursos estaduais para ajudar na manutenção do convênio, embora o mesmo determinasse que as despesas deveriam ser custeadas pela União.

Com a atual vinculação do IPEM/PR à Secretaria da Fazenda, o Secretário da Pasta determinou auditoria nas verbas estaduais, quando foram constatadas toda a sorte de irregularidades, mas apenas nos recursos estaduais, estando o Governo do Estado do Paraná impossibilitado de realizar auditoria em recursos da União.

A auditoria do Estado foi fundamental para a constatação das aberrações adminis-

trativas, tais como: corrupção, fraudes, empreguismo, licitações fraudulentas, uso indevido de veículos oficiais com chapas frias, pagamento de diárias para funcionários protegidos que não se deslocavam a lugar algum, roubo de combustível, através de notas fiscais frias, contratações irregulares, despesas com publicidade e propaganda ilegais, compra de materiais e prestação de serviços sem que os mesmos se realizassem, firmas fantasmas que apenas emitiam notas fiscais para roubar os cofres públicos, etc.

Tais fatos causam revolta aos funcionários que trabalham e produzem com dignidade e sacrifício, recebendo salários irrisórios. Não bastassem estes fatos, a autarquia Federal retarda a remessa dos recursos da União, destinados a suprir a folha de pagamento e demais despesas, ocasionando atrasos no pagamento dos salários, superiores a vinte dias.

Tratamento desigual é dado aos servidores que efetivamente trabalham, em relação aos funcionários fantasmas e ociosos que se ocultam no escritório do INMETRO localizado nas imediações da sede do INMETRO em Curitiba, tendo em vista que estes têm recebido rigorosamente em dia. Para os privilegiados do Doutor Massao Ito, nunca falta dinheiro, nem poderia faltar, pois Sua Excelência e a esposa não podem ser prejudicados.

Aos que trabalham tudo é negado, até mesmo a Liberdade de manifestar sua indignação.

O atual Superintendente da autarquia no Paraná, Doutor Gilberto Agibert Filho chegou ao IPEM com a promessa de que iria priorizar o saneamento administrativo e financeiro do órgão, todavia tem revelado, no mínimo, a sua dificuldade para conduzir esta moralização. Procurou assessorar-se de despesas oriundas, lamentavelmente, da administração passada, o que tem prejudicado o seu trabalho, porque nós temos certeza da sua vontade de colocar em ordem a Casa, porém, não se sabe de que maneira acabou tendo como assessores, elementos ligados à administração passada, que era dirigida pelo Senhor Mauro Saldanha Baruque.

Seu Diretor Técnico, Doutor Shiniti Honda, foi mantido no cargo e seu procedimento da administração anterior é o mesmo, ou seja, manteve sua sistemática do terrorismo administrativo, perseguindo e coagindo os técnicos fiscais e demais servidores do setor produtivo e favorecendo seus apadrinhados, dentre eles, funcionários estatutários que se aposentam e são automaticamente recontratados para exercerem os mesmos cargos e funções, consequentemente, acumulando duas fontes de salários dos cofres públicos, além de que de-

lega autoridade a funcionários não credenciados para que exerçam atribuições de cunho técnico específico dos agentes fiscais, tais como: receber e dar quitação em guias de recolhimento e certificados de aferição, lavrar e assinar autos de infração, auto de apreensão e demais documentos oficiais, um total desrespeito às normas da administração pública, além de interferir em outros departamentos que não são da sua competência.

Outro fato que nos entristece é que este diretor, na função há mais de 14 anos, em momento algum mostrou-se preocupado com o nível técnico dos agentes fiscais que, pela ausência de um planejamento, estão "empobrecidos tecnicamente", comprometendo até mesmo a qualidade dos serviços prestados.

Em virtude da necessidade de chamar a atenção das autoridades federais e estaduais para o processo de falência a que caminha a rede nacional metrológica, os servidores do IPEM/PR, convocados pelo seu sindicato, reuniram-se em Assembléia Geral e decidiram paralisar as atividades por tempo indeterminado, caso persistissem os atrasos abusivos na questão do pagamento de salários, lamentavelmente, tão logo a direção do IPEM/PR, tomou conhecimento através de ofício, ao invés de tentar solucionar o problema, determinou fossem imediatamente recolhidas as carteiras profissionais de todos os servidores e também decidiu reunir sua assessoria para elaborar uma lista de demissões, com o intuito de atemorizar os servidores e demonstrar todo o seu autoritarismo.

Diante desta decisão por parte da direção do órgão, o sindicato solicitou via ofício, permissão para discutir os critérios adotados para escolha dos funcionários relacionados como demitidos, bem como, desejava ter acesso aos nomes, ao que foram, prontamente rachaçados pelo diretor administrativo-financeiro, Doutor Flávio Antônio Orth, alegando não admitir a intromissão do sindicato por entender ser esta uma deliberação da direção do IPEM/PR.

Ficaram os servidores estarecidos, tão logo souberam que aqueles que se empenhavam elaborar a lista de demissões - Senhores Deputados - eram pessoas, que atualmente, respondem inquérito administrativo, já qualificados como indiciados, evidentemente, tais indiciados não serão demitidos. Dentre eles, o Doutor Maurício Martins, pessoa que, atualmente, exerce grande influência nas decisões da direção do IPEM, consta que esse cidadão está respondendo processo administrativo por desvio de dinheiro público, na autarquia do Estado de Santa Catarina, quando exercia a função de superintendente e da qual foi

exonerado.

Outro que também responde inquérito administrativo é o senhor Celso Bordignon, chefe do setor de processamento de dados. Pessoa que também exerce grande influência sobre as decisões do atual superintendente, que é o Senhor Hélio de Oliveira Junqueira, contratado como funcionário de nível superior, mesmo não sendo. É um dos principais assessores e antigo funcionário fantasma, na gestão do Doutor Mauro Baruque, desfrutando de um salário de fazer inveja, todos coniventes com a bandalheira ocorrida na administração anterior. Pois bem, pessimamente assessorado, o superintendente do IPEM/PR, Doutor Gilberto Agibert Filho, acolhe as sugestões mais absurdas possíveis, tanto na parte funcional como na parte técnica e administrativa, fato que contribui para a desmotivação da classe trabalhadora. Recentemente, exigiu a saída do único diretor que comprovadamente se dispunha a executar uma política voltada para os interesses dos servidores, diretor administrativo, Doutor Roberto da Cunha Saraiva, indicado pelo Secretário da Fazenda.

Os funcionários do IPEM tomaram ciência, através da Secretaria da Fazenda, que viabilizou uma discussão em cima dos nomes arrolados na Portaria IPEM/PR, n° 032/90, datada de 02 de abril, a qual demitia 25 funcionários, e dentre eles, servidores do setor produtivo que, em hipótese alguma, se enquadram como funcionários ociosos, conforme trata a Portaria, ao passo que os verdadeiros funcionários ociosos continuarão a usufruir do dinheiro público, por integrarem o grupo de apadrinhados do Doutor Shiniti Honda.

Fato que nos preocupa sobremaneira é que o superintendente do IPEM/PR, mantém em seus respectivos cargos e sob sua assessoria todos os funcionários que ora respondem a inquérito administrativo, já qualificados como indiciados.

O responsável pelo setor financeiro do IPEM/PR, Senhor Luiz Antônio Zawiliski, também indiciado, continua administrando o dinheiro público, na plenitude do exercício de suas funções.

Os valores referentes ao fundo de garantia, imposto de renda retido na fonte, INAMPS e demais contribuições, previstas em Lei, são normalmente descontadas dos salários dos servidores do IPEM, todavia, desde novembro de 1989, não estão sendo repassados à União, um autêntico ato de apropriação indébita.

Outras irregularidades acontecem, como, por exemplo, a concessão indiscriminada de licença sem vencimento a diversos funcionários celetistas.

Outro fato que nos causa indignação, refere-se às agências regionais no inte-

rior do Estado, normalmente, são alugadas verdadeiras mansões, pois além de servirem de sede para execução das atividades metrológicas, da região, destinam-se, também, para habitação do agente regional e sua família, com todas as despesas correndo por conta do dinheiro público, tais como: pagamento de luz, água, telefone, material de limpeza e até mesmo os serviços de faxina, além de que, cada agente regional dispõe de um veículo oficial da marca "Gol".

Apelamos às autoridades no sentido de uma verificação quanto aos recursos arrecadados por uma entidade, criada sob o nome "Associação Brasileira de Metrologia"- ABIM, hoje conhecida como ABRAMETRO, com sede em Brasília, Distrito Federal, a qual é mantida por contribuições das autarquias estaduais e seus diretores, gerando recursos para os superintendentes estaduais e diretores do INMETRO, realizarem viagens de turismo à Europa e Estados Unidos. Tal associação à guisa de informação, foi criada pelo ex-superintendente do IPEM/PR, Doutor Mauro Saldanha Baruque, seu atual presidente, com aprovação de todos os diretores turistas.

O desvio do dinheiro público, ocasionado pelo até agora descrito, está colocando, de imediato, em risco a sobrevivência do Sistema Metrológico do País. Tal fato poderá ser comprovado pela iminente paralisação das atividades metrológicas nos principais Estados da Nação, a exemplo do Rio Grande do Sul, face à atuação discriminatória do presidente do órgão e às irregularidades nas autarquias estaduais, como no caso do Paraná.

A comissão de processo administrativo constituída pela Resolução Conjunta n° 003/89, da Secretaria da Fazenda e Procuradoria Geral do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado n° 3079, de 11 de agosto de 1989, já concluiu pela responsabilidade de Almir Pereira da Silva, Edson Arthur Borin, Luiz Antônio Zawilinski, Márcio Antônio Minatti, Hélio Usler, Geri Borin, João Carlos Daleffe, Marcelo Bismeyer de Miranda, Avelino Minatti Júnior, Celso Bordignon, Sérgio Roberto Monteiro e Mauro Saldanha Baruque, todos autores de atos contra a administração pública.

Recentemente, esta Casa aprovou um pedido de informação de minha autoria, à Secretaria da Fazenda, pedindo esclarecimentos sobre algumas "desconfianças"- assim podemos chamar - dos atos que no IPEM estavam sendo praticados.

E não poderia acontecer nada mais estranho do que haver recebido respostas flagrantemente denunciando de irregularidades no órgão.

Senão vejamos:

Indagado a respeito dos funcionários

do instituto, o responsável pelo órgão limita-se a informar que são em número de 409, omitindo o fato que 31 servidores estão lotados no escritório do INMETRO no Paraná, a grande maioria nunca residiu no Paraná, são servidores que sempre residiram no Estado do Rio de Janeiro e trabalharam no INMETRO naquele Estado, e cinco jamais compareceram ao local de trabalho, os demais, são ex-diretores afastados do IPEM/PR, 157 servidores estão lotados no INMETRO do Rio Grande do Sul e 10 servidores lotados no setor de cargas perigosas naquele Estado.

Quanto às contratações realizadas, fomos informados de que foram todas realizadas sem concurso, inclusive em tempo proibido em Lei. De quem é a responsabilidade? Houve a criação de cargos de direção, pelo superintendente do órgão, quando isso depende de autorização da Secretaria da Fazenda.

Quanto ao quesito relação arrecadação/despesa, a resposta que nos foi enviada é, no mínimo, incompleta: pois na arrecadação, o Senhor Superintendente do IPEM esqueceu de subtrair o valor retido no INMETRO, quando do passeio de recursos. Desta forma, em dezembro de 1989, o IPEM arrecadou onze milhões, duzentos e seis mil e novecentos e cinquenta e nove cruzados novos, tendo recebido, de volta, apenas nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e quinze cruzados novos, para responder as despesas que foram da ordem de mais de dez milhões.

No mês seguinte, a arrecadação foi de quatro milhões e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta cruzados novos, com os descontos, restou três milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa e quatro cruzados novos, para responder às despesas no valor de três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e onze cruzados novos. Daí por diante, Srs. Deputados, é desnecessário falar do que ocorre. O órgão é deficitário e a razão disso é evidentemente...

A SRA. VERA AGIBERT - Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - ...tentar retratar, talvez agora com a presença do Dr. Gilberto, que nós temos certeza deverá ser feita uma modificação, caso contrário, torna-se desnecessário a existência deste órgão no Paraná que até aqui, até a gestão anterior tem servido apenas de cabide de emprego, para desvio, para fraudes, para uso indevido do dinheiro público.

Lamentavelmente nós aguardamos ou nós esperamos medidas imediatas por parte do Dr. Gilberto.

Deputada Vera Agibert, nós temos cer-

teza que seu esposo colocado naquele cargo, temos certeza absoluta, um homem probo, um homem de responsabilidade, que não vai querer ver o seu nome também jogado como dos que ocupavam a administração anterior. Temos a certeza absoluta que ele está tomando as devidas providências, mas precisa - e eu lhe transmito aqui esse recado - se afastar desses homens que estavam na administração anterior e que hoje, ao seu lado, são seus assessores diretos, porque acabarão levando o seu marido também a uma situação ridícula.

Esta é a razão pela qual nós estamos aqui alertando a Casa, alertando os Srs. Deputados em função de pedido de informação feito a esta Casa, que passou por esta Casa e que veio como resposta, Portanto, nós não estamos falando em cima de fatos irreais; estamos falando em cima de fatos reais que chegaram às nossas mãos através de pedido de informação.

Aguardamos, portanto, as conclusões da Comissão de Inquérito Administrativo, quando, finalmente, os envolvidos nestes crimes contra a administração serão efetivamente punidos na forma da lei.

Entretanto, ao mesmo tempo em que aguardamos as conclusões da comissão, presidida pelo Dr. Paulo Moacyr Rocha, não podemos deixar de trazer este fato ao conhecimento do Poder Legislativo e levá-lo a todo o Paraná, a fim de que se conheçam os rostos desses usurpadores da administração do Estado e para que eles sejam definitivamente execrados na forma que merecem.

É de se lamentar, entretanto, que os indiciados não tenham sido afastados de suas funções, como manda a constituição, a rotina do processamento do inquérito administrativo e o bom senso, nessa ocasião. Como pode-se verificar, embora considerados praticamente culpados - restando apenas a conclusão final e o oferecimento da denúncia - Tais servidores continuam desempenhando suas funções no órgão, alguns da mais alta relevância, como o senhor Luiz Antonio Wawilinski, responsável pelo setor financeiro do órgão.

Por último, parece que se instalou, definitivamente, no Instituto de Pesos e Medidas, o clima de terror sobre os servidores corretos e que esperam ver tudo isso devidamente saneado. Perseguições e punições contra aqueles que efetivamente trabalham e pressão sobre o sindicato que tem se levantado altivo contra tais irregularidades.

Lamentavelmente, o Dr. Gilberto Agibert Filho, homem tão correto e respeitado, que já ocupou as mais importantes funções no Estado, está sendo enganado por aqueles que ao invés de agirem com correção, o bajulam para colher frutos com fa-

cilidade.

Contudo, não há mal que nunca acabe e, certamente, este mal na administração do Paraná, será extirpado com a condenação dos indiciados pela comissão de inquérito. Quando, finalmente, todos terão de se convencer da seriedade do que vimos denunciando há algum tempo, principalmente, ao Dr. Gilberto Agibert, a quem a bondade e a boa intenção extremadas acabaram por tapar os olhos, impedindo-o de ver a irregularidade que o cerca, cumprimenta-o, diz-lhe bom dia e assina documentos de responsabilidade.

(Termina de ler).

Lamentavelmente esta é a situação do IPEM-Paraná que nós queremos, na verdade, trazer ao conhecimento dos Senhores Parlamentares e pedir as devidas providências por que, repito mais uma vez, todos os dados que nós apresentamos aqui são dados com relação a denúncias e eu tenho aqui em mãos, cópia da denúncia do Sindicato dos Agentes Fiscais do Paraná.

Com base nas denúncias, fizemos um pedido de informações que veio como resposta e com base nessa resposta, recebemos do Sindicato, evidentemente a posição em relação à atual situação do IPEM-Paraná.

Nós queremos ressaltar mais uma vez e deixar bem claro que tudo o que se refere aqui é com relação à administração passada, apenas como reparo à Deputada Vera Agibert e não vai aqui nenhuma - crítica ao seu marido que é hoje o diretor, apenas um reparo que fazemos e é até um alerta para que se afaste desses assessores que vieram da administração passada, ainda do Sr. Mauro Saldanha Baruck e que estão trazendo problemas para o IPEM atualmente.

Concedo aparte à Sra. Deputada Vera Agibert.

A SRA. VERA AGIBERT - Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência falou de contratações irregulares na antevéspera das eleições. Eu posso lhe assegurar, na medida em que sei, que não foi feita nenhuma contratação e nem mesmo do atual Superintendente que lá se encontra e que não recebeu nenhum centavo até agora, prestando serviço para o Estado do Paraná. Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar e acredito que quem redigiu esse discurso, se essa pessoa se responsabiliza pela idoneidade, probidade, seriedade do Sr. Roberto da Cunha Saraiva?

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputada, quem está falando, se responsabiliza, em função dos dados que eu tenho em mãos. Este Parlamentar na sua vida como vereador, como homem de imprensa e atualmente como Deputado, nunca usou a tribuna para falar leviandades, para dizer aquilo que não é

verdade. Nós estamos baseados em pedido de informações que veio como resposta e baseados em declarações prestadas pelo Sindicato. Baseado nessa informações e nessas declarações, nós estamos fazendo essa denúncia, chamando a atenção pelo que está acontecendo no IPEM.

A SRA. VERA AGIBERT - E ainda mais, Deputado, o Diretor Administrativo Financeiro que está no IPEM hoje, não fez parte da administração passada Mauro Baruck. É o Sr. Flávio, ex subchefe da Casa Civil, indicado pelo Sr. Governador, pessoa proba, íntegra, que ao que vemos, não é a continuidade da administração passada. Há muito o que se fazer no IPEM, mas há que se fazer dentro daquilo que a justiça nos indica como sério e como coerente. É, acredito, nessa medida em que se estão processando as coisas no IPEM-Paraná.

Tenho a consciência tranqüila inclusive de falar sobre o IPEM, pouco que conheço do órgão, é que, na administração Gilberto Agibert não houve nenhuma irregularidade, tanto que ele mesmo não foi contratado. Trabalhou e trabalha sem ainda ter recebido nada do Estado.

Era isso. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputada, eu lhe agradeço o seu aparte e quero deixar claro mais uma vez que como enfatizei no seu pronunciamento várias vezes, de que as denúncias são relacionadas à administração anterior mas que porém ainda permanecem ocupando cargos de responsabilidade e como assessores do atual diretor, elementos ligados à administração passada e que estão indiciados. Estão denunciados e estão indiciados inclusive. Esta nossa posição aqui é um alerta para que medidas sejam tomadas em relação a isto. Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS.
(Declina).

Consulta à Liderança do PFL.
(Declina).

Consulta à Liderança do PDC.
(Declina).

Consulta à Liderança do PTB.
(Declina).

Consulta à Liderança do PRN.
(Declina).

Consulta à Liderança do PDT.
(Declina).

Consulta à Liderança do PSDB.
(Declina).

Consulta à Liderança do PMDB.
(Declina).

Consulta à Liderança do PL.
(Declina).

Consulta à Liderança do PT.
(Declina).

PROJETO DE LEI N° 344/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica denominada "Rodovia Florianiano da Rocha Walter", o trecho que liga o perímetro urbano do município de Luiziana ao trecho de acesso ao referido município, na PR-487 (Rodovia Campo Mourão - Iretama).

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor FLORIANO DA ROCHA WALTER sempre foi reconhecido por sua capacidade de líder e, conselheiro na cidade de Luiziana, bem como por todos aqueles que com ele mantiveram contatos.

Nascido no município de Campo Mourão, mudou-se para Guarapuava ainda aos sete anos de idade, onde estudou por apenas três anos, devido principalmente à sua dedicação pelo trabalho, forjada desde a mais tenra infância, onde aprendeu a amar a terra e dela extrair o seu sustento.

Foi proprietário da Fazenda Santa Rosa - Campo Mourão - por exatos 55 anos, onde como em uma sala de aula, ele que não teve grande escolaridade, dava verdadeiras lições aos seus filhos, tão grande era a sua intimidade com a lavoura e a pecuária.

Transferiu residência para o município de Luiziana quando ele ainda despontava no cenário estadual, na condição de distrito, adquirindo ali, a Fazenda Albertina, hoje denominada Fazenda Primavera.

Sempre à disposição das pessoas que o procuravam, FLORIANO DA ROCHA WALTER, juntamente com sua esposa, residiram até o fim de suas vidas, na Avenida Liberdade, em Luiziana, partindo para o convívio eterno tão logo a cidade fora emancipada, deixando-a liberta política e administrativamente, conforme o próprio nome daquela avenida inspirava.

BIOGRAFIA: FLORIANO DA ROCHA WALTER, nasceu em 13/08/1911 e faleceu em 20/11/88, filho de Jorge Walter e Júlia da Rocha Walter, era natural de Campo Mourão, casado com Antônia Tavares Walter, nascida em 02/12/1917 e faleceu em 10/11/1988. Exerceu ainda, no período de 1961-1974 a função de Delegado Policial em Luiziana.

PROJETO DE LEI N° 345/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a construção, em caráter de urgência, de um ginásio de esportes em Santo Antônio do Caiuá.

Art. 2º - As despesas para a realização da obra correrão por conta do orçamento estadual vigente, com as suplementações aprovadas por decorrência do excesso de arrecadação verificado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Situado no Noroeste paranaense, o município de Santo Antônio do Caiuá, criado em 1961, se destaca pela produção agrícola, pela criação de gado e, mais recentemente, pelas atividades de preservação florestal. Sua população, ocupando uma sede urbana beneficiada por diversos estabelecimentos escolares, ressentem-se contudo da falta de um local adequado à prática esportiva, necessária para a conservação do equilíbrio entre o trabalho, o estudo, o lazer e a regularidade das funções físico-mentais. Daí a importância da obra cuja construção é proposta, para a integração da comunidade e para a formação sadia da juventude paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 346/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o piso salarial de 09 (nove) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais para os servidores públicos civis da Administração Indireta e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná, regidos pela Lei Federal nº 5.194/66 e demais alterações.

Art. 2º - Insitui a gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de 40% (quarenta por cento), sobre os vencimentos da categoria referida no artigo anterior, para todos os efeitos legais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Tem a presente lei o objetivo de reafirmar no âmbito dos servidores estaduais a aplicação do salário-mínimo profissional aos profissionais diplomados em engenharia, arquitetura, geologia e medicina veterinária, conforme o fixado pela Lei Federal nº 4950/A, de 22 de abril de 1966.

As categorias acima citadas têm garantido pela Lei Federal um piso salarial de ingresso fixado em 6 (seis) salários-mínimos para 6 (seis) horas diárias e 9 (no-

ve) salários-mínimos para uma jornada de trabalho de 8 (oito) horas.

Justifica-se tal iniciativa tendo em vista que o Governo do Estado do Paraná, erroneamente vem pagando o salário de ingresso destas categorias o equivalente a 8,5 vezes 40 BTN's, mesmo quando a Lei Federal nº 7789/89 proíbe a utilização do BTN como referência para cálculos de salários.

Além disso, a própria Procuradoria Geral do Estado, conforme parecer nº 379/89-PGE, entende que "as categorias privilegiadas por legislação profissional que especifica o salário-mínimo profissional (ou antigo Piso Nacional de Salário) como fator de referência permanecem em pleno vigor" e prossegue afirmando "tais profissionais devem ser remunerados segundo a lei que os ampara, utilizando-se o salário-mínimo para tal fim."

A aplicabilidade da Lei nº 4950/A vinculada ao salário-mínimo, também é defendida, em brilhante e conclusivo parecer, pelo eminente catedrático de Direito do Trabalho, Ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho, Mozart Victor Russomano, restando inequívoco que o Estado vem descumprindo preceitos legalmente assegurados.

Concluindo, a aprovação da presente lei restabelece ao nível do Estado a correta aplicação da Lei Federal nº 4950/A, bem como o reconhecimento aos profissionais das áreas da engenharia, arquitetura e medicina veterinária pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 347/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE EMANUEL, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 348/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "SOCIEDADE "AMIGOS DO SEMINÁRIO"", com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A SOCIEDADE "AMIGOS DO SEMINÁRIO", é uma instituição que, desde o ano de sua fundação, vem desenvolvendo trabalhos com o objetivo de dar apoio financeiro a seminaristas carentes e à realização de encontros de orientação vocacional, administrando seus recursos arrecadados através de promoções tais como jantares, almoços, bailes e torneios beneficentes.

Como é de meu conhecimento esta sociedade, pessoa jurídica de direito privado, não tem fins lucrativos e desconheço de que a mesma utilize os recursos arrecadados em qualquer outra atividade se não aqueles inerentes às atividades da mesma.

Por estes motivos apresentados, acho justa a reivindicação constante no presente projeto de lei, que a mesma venha a ser declarada uma entidade de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nereu Carlos Massignán, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para comporem a CPI da Educação Pública. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para comporem a CPI da Comissão de Educação. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

do. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. Retirado pelo autor.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para comunicar a esta Casa a visita do Senhor Dercy Barby, ilustre Vereador de Irati. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrada.

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e sete Senhores Deputados responderam à chamada. A Mesa anuncia...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência encerre a sessão por falta de "quorum", consta da Ordem do Dia um Projeto de Resolução nº 54/90, do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Pirapó. Entretanto, Senhor Presidente, esta Casa já retirou da Ordem do Dia, parece-me por requerimento do ilustre Deputado autor do Projeto, Orlando Pessuti, o mesmo Projeto, porque já foi inclusive vetado pelo Senhor Governador do Estado. Parece-me que não há condições de apreciação da matéria constante da Ordem do Dia antes que esta Casa aprecie o veto de Sua Excelência o Senhor Governador. Esse é o entendimento deste modesto Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a presença do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, completa o número para votação. A Mesa solicita do Senhor Deputado Basílio Zanusso qual foi o objeto do seu

requerimento?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, no penúltimo item da Ordem do Dia de hoje, está em primeira discussão um projeto de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti que visa a autorização, a solicitação da realização de plebiscito para a população do distrito de Pirapó, visando a criação do seu Município. Pirapó é distrito de Apucarana. Entretanto, Senhor Presidente, esta Casa já votou Projeto do ilustre Parlamentar visando criação do mesmo município, cujo projeto, encaminhado ao Senhor Governador, sofreu um veto. É desta forma, entende este Deputado, que não se pode apreciar, não se pode votar a matéria constante da Ordem do Dia, sem que antes se aprecie o veto do Senhor Governador à criação do Distrito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem de Vossa Excelência. A Mesa determina a retirada do Projeto da Ordem do Dia, até que se aprecie o veto governamental.

A Mesa vai proceder à verificação de votação, requerida pelo Deputado Pirajá Ferreira.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

16 (dezesseis) Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam.

02 (dois) Deputados.

A Mesa determinará à 1ª Secretaria que proceda o desconto dos Deputados que responderam à chamada e não se encontram em plenário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu tenho acompanhado há sete anos nesta Casa e através do próprio Regimento Interno, nós entendemos que isso sempre foi uma tática usada por todas as bancadas de todos os partidos: de responderem à chamada e se ausentarem de plenário na hora da votação.

Eu acredito, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, que Vossa Excelência está inovando, dentro de uma matéria que é de seu interesse.

Então, eu gostaria, Senhor Presidente, de solicitar a Vossa Excelência, que continue agindo como Vossa Excelência sempre agiu, respeitando todas as bancadas e não abrindo essa exceção, porque já foi em tantas vezes utilizada essa tática, pelos Senhores que ocupam o lado de lá, e hoje o lado de cá, em minoria nesta Casa, se acha no direito de utilizar também esta tática, e Vossa Excelência nunca mandou descontar.

Eu solicito que Vossa Excelência volte atrás então, da sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A falta do exercício da Liderança, de Vossa Excelência, Vossa Excelência está um pouco afastado da Liderança, faz com que Vossa Excelência tenha esquecido que não precisa responder à chamada, quem responde a chamada no processo de votação e se retira do plenário, de acordo com o Regimento Interno, é descontado, e a Mesa vai fixar nesse sentido.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Então, gostaria que Vossa Excelência mandasse que o Senhor 2º Secretário consignasse, na nossa presença aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados presentes, a fim de proceder ao desconto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de esclarecer a Vossa Excelência, que não estou exercendo a Liderança, o Líder de plantão é o ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, apenas estou usando a palavra como um direito que qualquer Parlamentar de todos os Partidos tem. E gostaria que Vossa Excelência autorizasse a Secretaria a enviar a este Deputado uma cópia da Ata em que Vossa Excelência tomou essa decisão inédita, inovadora, para que daqui para frente ela seja tomada em relação a todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A decisão da Mesa não é inédita, nem inovadora, é apenas regimental.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu consulto à Presidência, uma vez que nós que estamos exercendo aqui neste momento a Liderança do Partido, e solicitei aos Deputados da nossa Bancada a retirada de plenário, que é uma estratégia que é utilizada em todos os Parliamentos.

Eu consulto a Vossa Excelência, uma vez de que fiz esta solicitação, se poderíamos fazer uma nova chamada nominal, e eu convocaria a minha Bancada, para plenário, para procedermos à votação da Pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De pleno acordo, é regimental.

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada 30 Senhores Deputados.

Está em votação o requerimento do Deputado Pirajá Ferreira. Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, qual foi o resultado da votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado por unanimidade.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Mas eu não levantei!
Requeiro nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à votação nominal dos Senhores Deputados. Os Deputados faltosos que responderam a primeira chamada serão descontados nos seus vencimentos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, dá para repetir a decisão tomada pela Mesa em relação à nova chamada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim, aprova o requerimento do Deputado Pirajá. Não, não aprova.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria, neste momento, representando a Liderança do nosso Partido, de fazer um apelo ao Deputado Pirajá Ferreira, que retirasse este requerimento que Vossa Excelência coloca em votação, neste momento, para a não inversão da Ordem do Dia. É um apelo que faço, em nome da nossa Bancada, e Vossa Excelência como componente do nosso Partido, da nossa Bancada, espero que atenda o nosso apelo, da Liderança.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirado o requerimento do nobre Deputado Pirajá.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 248/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina ARY BORBA DE CARNEIRO, o trecho da rodovia que liga o Município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 248/88

PARECER:

O projeto em apreço, de autoria do De-

putado Anibal Khury, propõe denominar "ARY BORBA CARNEIRO", o trecho da Rodovia que liga o município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios.

Em sua justificativa, o autor revive o quadro biográfico do homenageado, desde o início de sua vida escolar e a transformação em líder político do município de Cândido de Abreu, participando ativamente de todos os movimentos que objetivaram a criação, primeiramente, do distrito de Cândido de Abreu e, posteriormente, a sua conseqüente emancipação administrativa.

Trata-se, "in casu", de se prestar uma justa e merecida homenagem àqueles que, em vida, desenvolveram um trabalho sério e meritório à comunidade, não apenas como cidadão comum, mas, sobretudo, como homem público e renomado político.

Nestas condições, levando em conta a inexistência de óbices de ordem legal, constitucional ou regimental, o parecer é favorável à sua aprovação por esta Casa de Leis.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 248/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado ANIBAL KHURY, o projeto de lei em tela propõe denominar "ARY BORBA CARNEIRO" o trecho da rodovia que liga o município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios.

Da Comissão de Constituição e Justiça, a presente proposta veio a receber pronunciamento FAVORÁVEL, dada a inexistência de óbices de natureza legal, constitucional ou regimental à presente proposta.

Trata-se de uma homenagem justa a um cidadão que participou ativamente da criação e posteriormente da emancipação administrativa deste Município. Além do que desenvolveu um trabalho sério e meritório à sua comunidade, não apenas como simples cidadão mas como homem público e político renomado.

Esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar em conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, vem a seguir o entendimento da Comissão supracitada, vindo assim a se pronunciar FAVORAVELMENTE pela proposta ora analisada.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.89.

(aa) ACIR MEZZADRI
Presidente
NELSON VASCONCELLOS
Relator

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 70/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ASSISTENCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/89, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que doa data de terras à Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 272/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o inciso I do art. 9° da Lei n° 8933/89, e acrescenta o inciso III e § 1° do art. 10 (ICMS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDAS de Plenário.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/89, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE APOIO RURAL MANOEL MOREIRA PENA, com sede e foro na cidade de Capane-ma-PR, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 300/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROJETO VIZINHANÇA BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DE CIMA - APROVIZIN, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 57/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado JOSÉ FELINTO, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 49/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO E OUTROS, que dispõe sobre a reserva, nos fóruns, presídios e delegacias de polícia, de dependências destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil, em função da atividade profissional. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda

Curitiba, terça, em 12.06.90

Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, bem como Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 49/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre a reserva, nos Fóruns, presídios e delegacias de Polícia, destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, em função do exercício da atividade profissional.

Analizada a matéria por esta Comissão Geral, nada encontrou a mesma que possa impedir sua normal tramitação do presente projeto de lei pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Nestas condições, nos posicionamos favoravelmente à aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI N° 49/90

Artigo Único - O Projeto de Lei n° 49/90, passa a vigor com a seguinte redação:

Súmula: DISPOE SOBRE A RESERVA, NOS FÓRUNS, DE DEPENDÊNCIAS DESTINADAS À ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL.

Art. 1° - Nos edifícios novos, destinados a Fóruns, serão reservadas à Ordem dos Advogados do Brasil, dependências para uso dos advogados no exercício da atividade profissional.

§ 1° - As dependências de que trata esta lei, terão áreas que propiciem aos advogados usuários, dignas condições de trabalho.

§ 2° - Em qualquer obra ou serviço de reforma, modificação, ampliação ou redução do prédio, reservar-se-ão as dependências de que trata esta lei.

§ 3° - A administração, mobiliário, equipamento e manutenção das dependências de que trata este artigo, caberá à Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 2° - Fica vedada a utilização das dependências reservadas à Ordem dos Advogados do Brasil para finalidade diversa da prevista no artigo anterior.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: PIRAJÁ FERREIRA, ARTAGÃO MAT-

TOS LEAO, DIRCEU MANFRINATO e uma ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 49/90

Modifica artigos no Projeto de Lei n° 49/90.

No Projeto de Lei n° 49/90, onde se lê à ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, leia-se À ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E À DEFENSORIA PÚBLICA.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamto: ORLANDO PESSUTI, ARTAGÃO MATOS LEAO, ERONDY SILVÉRIO, HERMAS BRANDAO: JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, salvo juízo diverso, visa propiciar aos advogados paranaenses condições de trabalho melhoradas no recinto dos Fóruns, presídios e delegacias de Polícia.

Além disso o projeto possibilitará que nos recintos de presídios e delegacias, os defensores possam se comunicar com seus clientes de forma realmente reservada, sem qualquer constrangimento.

Por isso, proponho que este espaço seja destinado para uso comum, tanto da OAB quanto da Defensoria Pública a ser criada em breve, haja vista que público ou particular, ambos são defensores.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra para encaminhar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, então praticamente modifica o projeto original, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que solicitava reserva de locais em presídios e delegacias de Polícia, o que eu acho um absurdo, porque delegacia de Polícia não tem nem espaço para polícia, que dirá para advogados.

Correríamos o risco de termos as delegacias, os advogados de porta de cadeia fazendo plantão, muito antes de o delegado chegar com o preso, já estaria o advogado de plantão para efetuar, evidentemente, solicitar o relaxamento da prisão, mandado de segurança e outras coisas mais.

Parece-me inconcebível, por esta razão até, na semana passada, pedi a retirada do projeto de discussão e consultei inclusive o Secretário da Segurança Pública, o Diretor da Polícia Civil, para que nos dessem uma opinião com relação a esse projeto, e eles foram unânimes em afirmar que à Polícia não interessa este tipo de projeto. A Polícia não tem espaço nem para a polícia, nem para dormitório de policiais, nem para, evidentemente, sala de escrivão, agora

vai querer se reservar em Delegacia de Polícia espaço para advogados...

Parece-me totalmente inócuo este projeto, a não ser agora que eu pude entender pela emenda do Deputado Caíto Quintana, apenas pede a reserva de espaço nos Fóruns.

É isso, meu 1° Secretário? É isso que diz o original, o artigo 1° do Projeto? Não cita mais delegacia de polícia nem presídio, somente fóruns?

O SR. 1° SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Só Fóruns.

O SR. ALGACI TÚLIO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o substitutivo geral, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

Há emenda do Deputado Pedro Tonelli.

Embora se tenha aprovado o substitutivo geral, a Mesa não vê conveniente de também submeter à votação, a emenda do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. ALGACI TÚLIO - Qual é o conteúdo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Acrescenta a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/90, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe sobre o registro obrigatório, o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 1 (uma) sessão. Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por 1 (uma) sessão, o Projeto de Lei n° 305/90.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 305/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, dispõe sobre o registro obrigatório, o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem no Estado do Paraná.

Ao proceder-se a sua análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer Favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 63/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de FLOR DA SERRA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 63/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de FLOR DA SERRA.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.06.90.

(aaa) ANIBAL KHURY - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 377/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria a REGIÃO ADMINISTRATIVA DE UNIÃO DA VITÓRIA, composta pelos Municípios de Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas e Paulo Frontin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 113, de 06.12.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 377/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar a região Administrativa de União da Vitória, composta pelos municípios de Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas e Paulo Frontin.

Legal e constitucionalmente a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não há qualquer óbice que possa impedir a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

- Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, já fizemos também o pedido de urgência de um projeto de minha autoria, que também modifica um pouco a região metropolitana de nossa Capital, e esse projeto já está na Casa tramitando há um bom tempo, e até agora não veio.

Eu pediria então, aproveitando já o engate do seu projeto, para que o meu projeto também, que inclusive inclui Morretes, inclui Cerro Azul e inclui Bocaiúva do Sul, também possa vir o mais rápido possível a este Plenário, já que esses Prefeitos já estão fazendo parte da SUMEC, que é a Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai determinar a inclusão na Ordem do Dia.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 335/89, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de SÃO PEDRO DO IGUAÇU, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado do Município de Toledo, e divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 104, de 22.11.89).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 335/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, tem por finalidade criar o Município de SÃO PEDRO DO IGUAÇU, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado do Município de Toledo e com as divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além disso, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual é o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Município de São Pedro do Iguaçu, desmembra-

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza a estadualização da estrada que liga Antônio Olinto a Rio Negro, passando parte da rodovia pelo município da Lapa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ.no D.A. n° 109, de 30.11.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 359/89

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade autorizar a estadualização da estrada que liga Antônio Olinto ao Município de Rio Negro, passando parte da rodovia pelo Município da Lapa.

Ao passar para a conservação do Estado, a Rodovia em questão terá efeitos decisivos no que diz respeito ao desenvolvimento de uma região caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada. Além disso, nenhuma das prefeituras dos municípios aqui envolvidos, têm condições de conservar o seu trecho.

Temos que as ligações rodoviárias que unem as regiões produtoras e que concentram as tradições mais caras paranaenses, na economia, cultura e espírito de trabalho, devem ser prioritárias para facilitar o escoamento da produção e a circulação de riquezas.

Neste sentido, e por tudo que foi acima exposto, esta douta Comissão de Constituição e Justiça ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente pela proposta ora em análise.

Assim sendo, somos pela Aprovação ao Projeto de Lei n° 359/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ACIR MEZZADRI - Relator

Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O nobre Deputado Algaci Túlio pediu para estudar um projeto de nossa autoria, que retirasse por dez sessões o projeto que estabelece critérios, com relação às placas indicativas de obras públicas do Paraná.

Já se passaram as dez sessões e nós gostaríamos que este projeto retornasse amanhã, para deliberação do Plenário na sua terceira discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai determinar ao serviço da Secretaria

da Assembléia, que, se o projeto estiver em condições, voltará na sessão de amanhã.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço, Excelência.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, (Of. n° 34/90), que cria os cargos que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

PROJETO DE LEI N° 110/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 24 (vinte e quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário, todos com a simbologia DAS-4.

Art. 2° -As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.90.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 110/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Ofício n° 34/90, do Tribunal de Justiça, tem por finalidade criar os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Sob o aspecto legal e constitucional não há nada que impeça a normal tramitação deste projeto de lei pelos órgãos competentes deste Poder.

Assim sendo, esta Comissão Geral, chamada a opinar, manifesta-se favoravelmente à aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

NELSON VASCONCELLOS - Relator

Projeto - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que institui o Programa Semear Transporte (Publ. no D.A. n° 50, de 09.05.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 294/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade instituir o Programa "Semear Transporte" para financiar a aquisição de ônibus rodoviários e ônibus urbanos para as Prefeituras Municipais.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 296/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a GUARDA MIRIM, com sede no município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. (Publ. no D.A. n° 51, de 10.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual o CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE, com sede no município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. (Publ. no D.A. n° 51, de 10.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que autoriza o Poder Executivo estadual a doar ao município de Mallet, o imóvel que especifica. (Publ. no D.A. n° 61, de 28.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 326/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que cria "ad referendum" do plebiscito o município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, desmembrado do município de Santa Izabel do Ivaí. (Publ. no D.A. n° 61, de 28.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, destinados a atender ao refinanciamento e as operações de créditos internas, na forma que especifica. (Publ. no D.A. n° 64, de 31.05.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

Curitiba, terça, em 12.06.90

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 329/90

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, visa autorizar o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, destinados a atender ao refinanciamento e as operações de crédito internas realizadas com base no disposto nos votos n° 340, de 30 de julho de 1987, e voto n° 548, de 14 de dezembro de 1987, do Conselho Monetário Nacional, nos moldes da Lei Federal n° 7.976, de 27 de dezembro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n° 99.167, de 13 de março de 1990.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VERA AGIBERT

Relatora

Em discussão.

O SR. VALDERI VILELA - Pela ordem - Senhor Presidente.

Senhor Presidente.

Este Projeto, quem é o Relator dele?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputada Vera Agibert.

O SR. VALDERI VILELA - E o relatório já foi apresentado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está sobre a Mesa.

O SR. VALDERI VILELA - E o Parecer é favorável pela constitucionalidade dele?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É.

O SR. VALDERI VILELA - Gostaria, Senhor Presidente, de solicitar a V.Exa. que me fosse encaminhada uma cópia deste Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

Com a palavra para discutir, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada; demais Senhores e Senhoras presentes:

Nós estamos apreciando um Projeto em primeira discussão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil destinadas a atender ao refinanciamento e às operações de créditos internas na forma que especifica.

Eu não estou convencido do meu voto favorável a tal Projeto.

Desde o início do exercício do meu mandato neste Parlamento, uma das questões que sempre nos preocupamos foi com a facilidade e o alto grau de endividamento que foi levado o nosso Estado. E sempre combati desta tribuna o endividamento sem justificativa clara das finanças públicas do nosso Estado.

Agora mesmo Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos vivendo uma crise no Estado do Paraná, uma crise financeira aonde o Estado não arrecada o suficiente, não consegue manter vivo os seus compromissos anteriormente assumidos.

Temos uma greve dos professores, que faz 90 dias que estão paralisados, e, segundo as palavras do nosso governante, ele não quer negociar. E não pode ceder às reivindicações da greve, embora justas, porque as finanças públicas do nosso Estado, assim não comportam. As finanças não podem atender aos professores que estão em greve, e, por consequência, os filhos da maioria dos paranaenses que estão em Escola Pública estão com o ano praticamente perdido.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados eu não posso, de maneira nenhuma, permitir que mais um Projeto autorizatório que permite um endividamento e rolagem da dívida do Paraná ser autorizado sem as devidas explicações.

Hoje eu não estou em condições de votar nem favorável e nem contra. Primeiro: por quê? Porque o nobre Deputado Pirajá Ferreira, autor da presente lei, não colocou nenhuma justificativa no seu projeto. As justificativas colocadas no projeto poderiam me convencer. Então, eu estou desconfiado com este projeto porque não vejo nenhuma justificativa, não se escreveu duas linhas sobre o porquê esse Deputado tenciona autorizar o Poder Executivo a contrair tais empréstimos.

Segundo: eu não tenho informações suficientes para saber no que implicaria de comprometimento com as finanças públicas este ato que ora este Parlamento aprova.

Não esqueci ainda que na discussão do último orçamento e também da revisão orçamentária os números que constaram no nosso orçamento e na revisão orçamentária, aprovada há duas semanas atrás, o número, bem como o percentual que representava da dívida externa do nosso Estado era relevan-

te, ele comprometia e compromete altamente as nossas finanças públicas.

Por isso, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, eu queria convidar o Deputado Pirajá Ferreira a ir à tribuna explicar porque ele apresentou este projeto, colocar para este Parlamento as justificativas porque ele está apresentando este projeto, já que por escrito não o fez. Se isso não ocorrer, Senhor Presidente, eu queria convidar todos os Deputados e Deputadas aqui presentes a votarem contra, a rejeitarmos este projeto até que compreendamos melhor porquê de iniciativa de tamanha importância estar aqui sem justificativas, um projeto que foi apresentado este, há poucos dias, e de repente entra na Ordem do Dia sem a menor justificativa e que nós sabemos que, se aprovado, comprometerá e muito as finanças do nosso Estado.

Então, eu convido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado autor a ir à tribuna e justificar. Pode ser que ele nos convença e a gente votará favorável. Se assim não o fizer nós teremos que, obrigatoriamente, votar contra.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Pirajá está assumindo a 2ª Secretaria e na sessão de amanhã ele dará as explicações necessárias ao Plenário desta Casa.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu peço votação nominal ao projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Continua a chamada nominal.

- O SR. ALGACI TÚLIO - Já está valendo a votação nominal, Presidente?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Vamos ver se há número.
- O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Continua a chamada nominal. 29 Senhores Deputados. Senhor Presidente.
- O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela ordem) - Senhor Presidente, apenas gostaria de comunicar e anunciar a presença neste plenário do Senhor Orley Zigmann, candidato a Deputado Estadual pelo PDC, na região de Pitanga.
- O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro votação nominal, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem que apresentar o requerimento. Agora nós estamos em fase de verificação de votação.
Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.
O projeto irá à 2ª discussão amanhã.
- O SR. PEDRO TONELLI - Qual foi o resultado, Senhor Presidente?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 29 (vinte e nove) Senhores Deputados.
- O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Matéria vencida já. Eu acho que V.Exa. ...
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada 29 (vinte e nove) Senhores Deputados.
- O SR. PEDRO TONELLI - V.Exa. mandou levantar quem estava a favor. Eu fiquei sentado e a maioria ficou sentada. Eu quero saber o resultado da votação, por isso que eu pedi verificação, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 29 (vinte e nove) Senhores Deputados aprovam...
- O SR. PEDRO TONELLI - E quantos não aprovam?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nenhum. Inclusive o voto de V.Exa.
- O SR. PEDRO TONELLI - O meu voto é contrário, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então 28 (vinte e oito). Consta da Ata.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas só tem 15 (quinze) no plenário, Senhor Presidente. 14 (quatorze) Deputados no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Essa conta do PT está meio errada. Está APROVADA a matéria.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que institui a Semana do Vestuário do Paraná, a ser comemorada na cidade de Cianorte. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 335/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecida para a primeira semana do mês de outubro, em todos os anos, a SEMANA DO VESTUÁRIO DO PARANÁ.

Parágrafo Único - As comemorações alusivas à referente data, tratadas no caput deste artigo, serão realizadas pelo Governo do Estado com colaboração da Prefeitura Municipal de Cianorte, daqui em diante intitulada a Capital do Vestuário do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Cianorte muito se tem destacado no panorama do desenvolvimento sócio-econômico paranaense. Seu progresso contínuo torna-se indiscutível, a ponto de ser considerada uma das cidades de maior projeção de nosso Estado. Além do seu crescimento econômico e social, tem ela se destacado de modo especial no campo da confecção de roupas. Sendo um dos pólos mais conhecidos e prósperos da indústria vestuária. Tal se prova no fato de haver várias excursões diárias de pessoas vindas de diferentes pontos à procura de roupas lá confeccionadas.

Assim sendo, nada mais justo do que nela localizar-se as comemorações à Semana do Vestuário do Paraná, intitulando-lhe como Capital do Vestuário do Paraná, fazendo-lhe esta propícia homenagem.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 32/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Jorge d'Oeste, para que a população decida sobre a criação do município de DOUTOR ANTÔNIO PARANHOS, desmembrado de São Jorge D'Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 16.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 52/90, de autoria do Deputado ORLANDO PES-SUTI, que autoriza a realização de plebis-cito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do muni-cípio de IMBAÚ, desmembrado dos Municípios de Telêmaco Borba e Reserva - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 54/90, de autoria do Deputado ORLANDO PES-SUTI, que autoriza a realização de plebis-cito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do muni-cípio de PIRAPÓ. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa determina a retirada do projeto da Or-dem do Dia, até que se aprecie o Veto Go-vernamental.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 69/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que acrescenta ao Regimento Interno da As-sembléia Legislativa do Estado do Paraná, artigos e parágrafos conforme especifica (prazo para autorização de convênios).

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 69/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Os convênios previstos no inciso XXI do artigo 54, da Constituição do Estado, serão submetidos à Assembléia para efeito de autorização prévia, median-te mensagem do Poder Executivo, encaminha-da com o mínimo de quinze dias de antece-dência do ato objeto do convênio, devida-mente instruída, com a documentação neces-sária à deliberação da Assembléia.

§ 1° - Recebida a mensagem, ela será lida no expediente e encaminhada às comi-sões técnicas.

§ 2° - Na hipótese do pedido de rati-ficação posterior de convênios já celebra-dos, o Poder Executivo deverá justificar adequadamente os motivos de urgência e de relevante interesse público previstos no artigo 54, XXI, da Constituição Estadual.

Art. 2° - Esta resolução entra em vi-gor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução ora apresentado tem o objetivo de efetuar o cumprimento das prerrogativas do Poder Legislativo, de co-participação e co-responsabilidade na administração dos negócios públicos esta-duais.

O retorno das prerrogativas parlamen-tares tem sido saudado como fundamental

para a realização do estado de direito de-mocrático. Durante o período autoritário, no Brasil, o governo foi praticamente in-vestido no ramo executivo do poder políti-co. O Congresso, a nível federal, já recu-perou muito da sua capacidade de interve-niência nos atos públicos; falta tornar essa restauração efetiva a nível das As-sembléias Estaduais.

Uma das fórmulas para subtrair do Po-der Legislativo o controle sobre atos públicos firmados entre instituições di-versas, interessando à economia do Estado do Paraná, tem sido a assinatura de convê-nios pelo Poder Executivo, seguida da re-messa de tais atos para simples ratifica-ção da Assembléia, sob a invocação de mo-tivo de urgência.

Com a regulamentação do dispositivo constitucional ora pretendida, objetiva-se assegurar a ampliação da fiscalização le-gislativa dos atos governamentais, "ex quo ante", isto é, antes da sua ocorrência, para evitar danos ao erário ou o fato cum-prido. Evita-se, desta forma, a burla ao exercício do controle legislativo que tem sido caracterizada com os seguidos pedidos de mera ratificação de convênios "ex post facto", que na prática anulam a competên-cia constitucional do Poder Legislativo em proveito da continuação da hegemonia auto-ritária do ramo executivo da Administração Estadual.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Terminou a Ordem do Dia, Sr. Presiden-te? Está concluída a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está concluída.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - A Bancada do PMDB fez uma homenagem a Vossa Excelência aprovando esse último Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fico muito agradecido a Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu espe-ro que esteja valendo já aquela reso-lução da semana anterior de que os ausen-tes receberão descontos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está determinando o desconto dos Depu-tados faltosos que não justificarem a sua ausência e vai agir com rigor.

Sobre a Mesa, requerimento de n° 1581, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferrei-ra, constante do expediente de sessão an-terior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1575, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1584, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1587, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1605, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1596, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1593, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.).

Requerimentos de n°s 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1578, 1579, 1580, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1582, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1595, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1599, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1601, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1583, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 49/90; e do Projeto de Resolução n° 63/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 377/89; e dos Projetos de Lei n°s 335/89, 359/89,

110, 294, 296, 297, 321, 329 e 335/90; e dos Projetos de Resolução n°s 32, 52, 69/90.

1.^a DISCUSSÃO dos Projetos de Lei n°s 302/89, 290, 314, 328, 331 e 332/90; e dos Projetos de Resolução n°s 60, 65 e 66/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 12 DE JUNHO DE 1990.

IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DE CASCAVEL

Rua Visconde de Guarapuava, 2307
Caixa Postal, 809- Fone: 24-3688
CEP. 85.800 - Cascavel - Paraná

CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Conhecedores da situação em que se encontra a negociação por parte do governo com os professores do Estado do Paraná, sentimos a necessidade e a urgência de um estudo profundo sobre o assunto para a devida solução.

Lamentamos a morosidade com que este problema está sendo tratado pelas competentes autoridades responsáveis e perguntamos: Por que tanto desinteresse por parte do Governador, que até hoje não reuniu-se com os professores, para tratar devidamente do assunto?

Por que o governador não passa a tratar pessoalmente do caso, já que é de fundamental importância para a nossa gente?

Como Igreja de Cristo, nós também somos corresponsáveis pelo futuro de nossa pátria. E que pátria teremos amanhã, se hoje não dermos a devida atenção à educação?

Sabemos que o ano letivo já está comprometido. Os professores por sua vez alimentavam a esperança de terem salários justos e dignos para a função que exercem, mas viram suas esperanças frustradas após a inútil tentativa de negociação. Sendo assim, nós defendemos uma rápida negociação onde o progresso e a justiça sejam as "vigias mestras", para a solução deste impasse.

Registramos também, nossa incompreensão diante do fato de que se este não é um movimento justo, como muitos tentam dizer, como resistiu até agora? Se fosse injusto já não teria acabado por si próprio?

No protestantismo foi ensinado, por tantos anos, que não deveríamos nos envolver com assuntos políticos, ou seja "seculares", mas desde algum tempo temos descoberto que o "mundo é a nossa paróquia", e que, portanto, em situações como esta não podemos mais permanecer de boca fechada, até mesmo porque este é um assunto que nos atinge diretamente, pois a maioria dos nossos filhos encontram-se matriculados em escolas públicas.

Portanto, apelamos para as autoridades de nosso Estado para que assumam a responsabilidade de ouvir e negociar com os professores, pois estes são cidadãos paranaenses com direito de viver, de se alimentar, de ter saúde e de adquirir com seu honesto trabalho o necessário para a sustentação da família. Que assumam, também,

a responsabilidade de ouvir o clamor dos pais e dos alunos que têm direito de ter e frequentar uma escola e contribuir para o desenvolvimento do Estado do Paraná para que tenhamos uma sociedade justa, fraterna e unida.

Queremos assim, manifestar a nossa solidariedade aos professores, aos pais e aos alunos que juntos estão lutando por uma vida melhor.

Contando com o espírito cristão e fraterno de nossas autoridades, esperamos solução breve.

Cascavel, 30.05.90.

Em nome dos membros da Igreja
Presbiteriana Independente de
Cascavel

(a) REV^a VALDIR MARIANO DE SOUZA
Pastor.